

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.388, DE 2002

Concede descontos na aquisição de medicamentos nas farmácias e drogarias, para consumidores com mais de 60 (sessenta) anos e dá outras providências.

Autor: Deputado Pompeo de Mattos

Relator: Deputado Athos Avelino

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 7.388, de 2002, de autoria do Exmº Deputado Pompeo de Mattos concede descontos na aquisição de medicamentos nas farmácias e drogarias, para consumidores a partir de 60 anos. Os descontos são progressivos – entre 15 e 30 % -, aumentando de acordo com a idade.

A concessão do desconto será precedida do cadastramento do idoso junto ao estabelecimento e da apresentação de receita médica.

A proposição estabelece que os valores referentes aos descontos serão convertidos em créditos a serem usados na reposição de estoques junto a fornecedores e laboratórios.

O projeto também indica que o não cumprimento dessas obrigações, por parte dos estabelecimentos comerciais, fornecedores e laboratórios, ensejará a aplicação de multa pelos órgãos de fiscalização do Ministério da Saúde e secretarias estaduais.

Na justificação, o Autor destaca que as doenças crônicas são mais freqüentes entre os idosos, exigindo uso continuado de medicamentos. Também é salientado que, no Brasil, os idosos enfrentam dificuldades para adquirir medicamentos, uma vez que muitos dependem de aposentadorias de baixo poder aquisitivo e que seus direitos, em geral, não são respeitados.

O Autor refere que a proposição favorecerá o acesso aos medicamentos e que a indústria farmacêutica tem condições de absorver os custos envolvidos.

A CSSF será a única Comissão a apreciar o mérito da matéria, em caráter conclusivo, de acordo com o art. 24, II, cabendo à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise reflete o compromisso do ilustre Deputado Pompeo de Mattos com a saúde dos brasileiros idosos.

Entretanto, a necessidade de uma norma legal para promover o acesso dos idosos aos medicamentos é reduzida diante da recente promulgação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso.

O estatuto, que regula os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, estabelece no art. 15, que a atenção integral à saúde do idoso será assegurada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e “incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação”.

A Lei nº 10.741, de 2003, utiliza-se do princípio da integralidade da atenção à saúde, já garantida, para todos os brasileiros, na Constituição Federal e também mencionada na Lei nº 8.080, de 1990.

Vale destacar que o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Política Nacional do Idoso - instituída pela Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 -, já previa o fornecimento obrigatório, por instituições públicas, de “medicamentos, órteses e próteses, necessários à recuperação e reabilitação da saúde do idoso”.

Em nossa opinião, o Estatuto do Idoso propiciará o atendimento dos anseios por uma melhor assistência farmacêutica para os idosos, utilizando-se do SUS, sistema que foi idealizado para cumprir tal missão.

Certamente, não seria adequado transferir um dever do Poder Público para a esfera privada, no caso a indústria farmacêutica, que, em último caso, segundo a proposição, absorveria os custos envolvidos.

Provavelmente, tais custos seriam repassados para o consumidor em geral, dificultando os esforços para a regulação dos preços dos medicamentos, que, aliás, é tema de outra norma recentemente promulgada, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que estabelecerá critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos, e estabelecerá critérios para fixação de margens de comercialização de medicamentos.

Consideramos, ainda, que a implantação do sistema de descontos não seria exeqüível. Por exemplo, no caso de qualquer dificuldade para recuperar os créditos decorrentes dos descontos, os proprietários das farmácias e drogarias arcariam com consideráveis prejuízos.

Nossa opinião a respeito do sistema de desconto é semelhante à expressa pela CSSF, na última legislatura, quando rejeitou os Projetos de Lei nº 1.176, de 1999, e nº 1.448, de 1999, que estabeleciam descontos de 30% para a aquisição de medicamentos por idosos.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei n.º
7.388, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado Athos Avelino
Relator

2003_4575_ Athos Avelino